



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS

ATA

3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2019

MEMÓRIA DE REUNIÃO

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

DATA 06/11/2019	HORÁRIO DE INÍCIO 15h15	HORÁRIO DE TÉRMINO 18h
LOCAL Anfiteatro Cacique Ajuricaba (Edifício Rio Negro).		
OBJETIVO Monitoramento dos Projetos Estratégicos e das Metas do CNJ e do CJF.		

PARTICIPANTES

NOME	CARGO/FUNÇÃO	LOTAÇÃO
Emmanuel Mascena de Medeiros	Juiz Federal Diretor do Foro	Diref
Edson Souza e Silva	Diretor de Secretaria / Presidente do Cipe-AM	Secad
Gustavo Bastos Seráfico de Assis Carvalho	Diretor de Núcleo / Membro do Cipe-AM	Nutur
Luciana dos Santos Barroso	Diretora de Núcleo / Membro do Cipe-AM	Nucre
Renan de Barros Alves	Diretor de Núcleo / Membro do Cipe-AM	Nuaud
Ronaldo Cavalcante de Sousa	Diretor de Núcleo / Membro do Cipe-AM	Nucju
Talice Ferreira Neves	Diretora de Núcleo / Membro do Cipe-AM	Nucod
Aldecinora Siqueira da Silva	Supervisora / Membro do Cipe-AM	Semad
Andréa Silveira Rocha da Silva	Supervisora / Membro do Cipe-AM	Secos
Daniel Rodrigues de Oliveira	Diretor de Núcleo / Membro do Cipe-AM	Nucad
Manoel Bentes de Freitas	Supervisor / Membro do Cipe-AM	Seamb
Neuzai Marreiros Barbosa	Supervisora / Membro do Cipe-AM	Seplo
Rômulo Rodrigues Ferreira	Supervisor / Membro do Cipe-AM	Seinf
Renato Augusto Pinheiro de Almeida	Diretor de Secretaria / Convidado	2ª Vara
George Emilio Cunha de Araújo	Diretor de Secretaria / Convidado	3ª Vara
Elton Studart Bicharra dos Santos	Diretor de Secretaria / Gerente de Projeto	4ª Vara
Eliziane Balbi Alves Silva	Diretora de Secretaria / Convidada	6ª Vara
Diego do Nascimento Lima	Diretor de Secretaria, em substituição / Convidado	7ª Vara
Cláudia Antônia Dantas Martins	Supervisora / Convidada	Seaup
Reinaldo Antonio Ferreira	Diretor de Secretaria / Convidado (participação por videoconferência)	Vara Única da Subseção Judiciária de Tabatinga
Wagner Silva dos Santos	Diretor de Secretaria, em substituição / Convidado (participação por videoconferência)	Vara Única da Subseção Judiciária de Tefé

Obs.: Ausências justificadas:

- Laura Emília Barbosa de Paula (Diretora do Centro Judiciário de Conciliação / Membro do Cipe-AM) por estar coordenando a Semana Nacional de Conciliação na Seccional;
- Ana Cláudia Ribeiro Tinoco (Diretora de Secretaria da 1ª Vara / Convidada) e Willian Feijó Rodrigues (Diretor de Secretaria da Vara Única de Tefé / Convidado) por motivo de férias regulamentares.

ASSUNTOS TRATADOS (PAUTA)

<ol style="list-style-type: none">Carteira de Iniciativas Estratégicas 2015-2020;Projetos Estratégicos 2019;Plano de Logística Sustentável (PLS);Sugestões de projetos estratégicos para inserção na Carteira de Iniciativas Estratégicas e ações que podem auxiliar a execução da estratégia;Iniciativas com potencial de compartilhamento entre seccionais (indicar as mais impactantes, viáveis e menos complexas, inclusive com relação ao PLS);Monitoramento e cumprimento das metas nacionais e específicas da JF;Destaques da execução da Estratégia (boas práticas adotadas para o impulso no cumprimento das Metas contornando as dificuldades):<ol style="list-style-type: none">Com relação às Metas;Com relação às Iniciativas Estratégicas;Com relação ao Plano de Logística Sustentável (PLS).Dificuldades para a execução da Estratégia (barreiras enfrentadas):<ol style="list-style-type: none">Com relação às Metas;Com relação às Iniciativas Estratégicas;Com relação ao Plano de Logística Sustentável (PLS).

CONCLUSÕES

<p>1) Carteira de Iniciativas Estratégicas 2015-2020</p> <p>Após a apresentação da parte introdutória acerca das normas que regulamentam a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), a supervisora da Semad apresentou a relação dos projetos/ações inseridos na Carteira de Iniciativas Estratégicas da Seccional 2015-2020. Destacou que dois projetos foram cancelados (1. Mapeamento dos Processos de Trabalho da Turma Recursal AM/RR no PJe e 2. Ampliação do cadastro dos auxiliares do Juízo que atuam na Seção Judiciária do Amazonas) e</p>
--

dois foram incluídos na Carteira (1. Curso: *Compliance* na Justiça Federal do Amazonas e 2. Implantação do Gerenciamento de Riscos na Seção Judiciária do Amazonas), conforme deliberações feitas pelo Cipe-AM na reunião extraordinária realizada no dia 21/10. Ato contínuo, os gerentes de projetos manifestaram-se a respeito da execução dos projetos.

2) Projetos estratégicos 2019

2.1 Plano de Comunicação da Estratégia na Seção Judiciária do Amazonas

A supervisora da Secos, gerente da iniciativa, relatou sobre as ações realizadas no projeto: matérias veiculadas conjuntamente com o Tribunal, matérias elaboradas pela unidade no informativo interno da Seccional (Breviário), confecção de placa com os elementos do Plano Estratégico (Missão, Visão e Valores) e as visitas dos representantes do Cipe-AM às unidades da Seccional a fim de tratar sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal. Sobre as visitas do Cipe, destacou que a ação está sendo extremamente produtiva, posto que os servidores estão demonstrando mais interesse pelo assunto. Apresentou a relação das unidades que já foram visitadas e daquelas que ainda não receberam a visita. Ressaltou que alguns servidores da área administrativa, por motivos diversos, não tiveram oportunidade de assistir às palestras. Desse modo, a execução do projeto resultou em 95%. Informou, ainda, que as palestras irão prosseguir até o final do exercício a fim de que todas as unidades sejam visitadas, alcançando-se, assim, 100% de execução do projeto.

2.2 Curso Gestão de Riscos no Serviço Público / 2.3 III Encontro de Diretores da Seção Judiciária do Amazonas / 2.4 Curso: *Compliance* na Justiça Federal do Amazonas

A diretora do Núcleo, gerente dos projetos, informou que as três ações foram realizadas, conforme já informado na reunião extraordinária do Cipe-AM. Solicitou maior sensibilização dos diretores no sentido de que incentivem seus subordinados a participarem das ações de capacitação, tendo em vista a escassez de recursos orçamentários e todo o trabalho demandado para se trazer profissionais qualificados para promoverem o compartilhamento de conhecimento com os servidores.

2.5 Termo de Cooperação celebrado com a Polícia Federal para aperfeiçoar as comunicações por meio do Sistema Malote Digital:

O diretor de secretaria da 4ª Vara, gerente do projeto, informou que o projeto está em andamento na fase do término da elaboração da minuta de Termo do Acordo de Cooperação. Tem visita agendada com a Polícia Federal na próxima sexta-feira, dia 08/11, e que, dentre outros assuntos, tratará sobre a efetivação do Acordo de Cooperação, ocasião em que apresentará a minuta do Termo. Solicitou anuência do Diretor do Foro, presente na reunião, que concordou com o pleito. O percentual de realização do projeto foi de 50%.

2.6 Pesquisa de Satisfação do Usuário Externo

A supervisora da Semad, gerente do projeto, apresentou a minuta do formulário a ser utilizado na pesquisa. Tendo em vista que o modelo apresentado já sofrera modificações, a supervisora incumbiu-se de enviar aos presentes a minuta referida para manifestação formal de todos. O percentual de cumprimento do projeto foi 30%.

2.7 Criação de barras de favoritos com links funcionais

A supervisora da Semad, gerente do projeto, apresentou o cronograma inicialmente criado para a elaboração das barras de favoritos nos microcomputadores dos servidores, no entanto, esclareceu que recebeu a listagens dos *links* e nomes dos servidores somente de duas unidades, quais sejam, a Turma Recursal e a 7ª Vara. Informou que enviará o processo SEI para as unidades manifestarem-se sobre o interesse na confecção da barras de favoritos. Assim, a execução do projeto resultou em 12%.

2.8 Mapeamento e Aperfeiçoamento dos Processos de Trabalho da Área Administrativa da Seção Judiciária do Amazonas

A supervisora da Semad, gerente do projeto, apresentou a relação dos processos de trabalho indicados até a data da reunião. Dos onze processos de trabalho até o momento indicados, dois foram enviados para a validação das unidades administrativas, quais sejam, 1) Inventário de bens móveis e de material de consumo em estoque no almoxarifado; e 2) Concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimento de Fundos.

Tendo em vista estar trabalhando nos demais processos já autuados, simultaneamente, informou que 10% do projeto já foi executado.

2.9 Implantação do Gerenciamento de Riscos na Seção Judiciária do Amazonas

A supervisora da Semad, gerente do projeto, reiterou que referido projeto foi incluído na Carteira de Iniciativas Estratégicas no último dia 21/10, por ocasião da reunião extraordinária do Cipe-AM, em virtude da previsão legal (Resolução/CJF 447/2017 e Resolução/Presi 34/2017) e o alinhamento estratégico da iniciativa. Informou que o Comitê de Gestão de Riscos foi constituído por meio de Portaria da Diretoria do Foro e que está trabalhando na formulação do Termo de Referência com vistas a solicitar contratação de consultoria para auxiliar o Comitê na implantação do gerenciamento de riscos na Seccional. Informou que 10% do projeto foi executado.

3) Plano de Logística Sustentável (PLS-AM)

O supervisor da Seção de Apoio à Gestão Socioambiental (Seamb) tratou sobre a execução do Plano de Logística Sustentável da Seccional (PLS-AM), destacando os índices alcançados em três temas de atuação do PLS-AM, quais sejam, 1) consumo de água mineral; 2) consumo de energia elétrica; e 3) água e esgoto.

Sobre o consumo de água mineral, enfatizou a redução do consumo de 2017 para 2018 de 8,56%, e do primeiro semestre de 2018 para o primeiro semestre de 2019 de 5,07%.

Sobre o consumo de energia elétrica, ressaltou a redução do consumo que vem ocorrendo desde o exercício de 2015 (**2015** = 1.493.452 Kwh; **2016** = 1.342.827 Kwh; **2017** = 1.261.401 Kwh; **2018** = 1.148.333 Kwh). Sobre o aumento de 2,38% no consumo de energia elétrica verificado no período de janeiro a agosto de **2019**, considerando o mesmo período no exercício de **2018**, o supervisor ressaltou que na análise deve ser considerado o período do verão amazônico, onde ocorre um aumento natural de temperatura e em consequência o uso quase que ininterrupto dos aparelhos de ar condicionado, além de eventos extraordinários, como exemplo, as três seções do Tribunal do Júri que ocorreram na Seccional com início às 9h e término às 22h.

Acerca dos indicadores da água encanada e esgoto, o supervisor informou que, não obstante os aumentos identificados nos exercícios de **2016** (2.909 m³), **2017** (3.101 m³) e **2018** (3.989 m³), no período de janeiro a agosto de **2018** (2.393 m³) em comparação com o mesmo período do exercício de **2019** (1.987 m³) já se observa a redução significativa de 16,97%. Frisou como importante as várias ações que tem sido realizadas ao longo dos anos com o objetivo de economizar os recursos, dentre elas, a captação das águas pluviais e o monitoramento constante do volume captado.

4) Sugestões de projetos estratégicos para inserção na Carteira de Iniciativas Estratégicas e ações que podem auxiliar a execução da estratégia

A supervisora da Semad passou a palavra para o diretor do Nutur tratar sobre as sugestões de projetos. O diretor informou que por ocasião das visitas feitas por ele e pela supervisora da Semad às unidades da Seccional para divulgar o Planejamento Estratégico, muitas sugestões e reivindicações foram repassadas para eles, passando, em seguida, a expô-las.

a) Iniciativas que foram agraciadas com o prêmio Destaque Institucional 2019:

O diretor sugeriu que o Cipe entre em contato com os ganhadores da premiação a fim de solicitar que as equipes apresentem os projetos vencedores conforme metodologia prevista no Manual de Gestão de Projetos da Justiça Federal. Defendeu também a inserção das iniciativas vencedoras no Banco de Boas Práticas da 1ª Região. Todos concordaram com a sugestão.

b) Pesquisa para saber se magistrados/servidores conhecem a estratégia:

O diretor sugeriu que no próximo ano seja realizada pesquisa comandada pelo Cipe-AM com o objetivo de saber se os magistrados e servidores conhecem a estratégia. Tal iniciativa será importante para o Comitê saber se as ações de divulgação do Planejamento Estratégico até agora realizadas foram eficientes e quais as próximas medidas a serem adotadas. Todos concordaram com a sugestão.

c) Pesquisa de Clima Organizacional:

O diretor defendeu que, conforme tratado na reunião extraordinária do Cipe-AM, seja realizada pesquisa de clima organizacional em 2020, a fim de coletar dados e informações relevantes sobre a percepção dos magistrados e servidores em relação a fatores presentes no ambiente de trabalho que podem afetar a motivação dos mesmos e, consequentemente, o desenvolvimento das atividades. Destacou, inclusive, que isso tem sido objeto de acompanhamento por ocasião das inspeções do TCU. Todos concordaram com o diretor.

d) Humanização das relações de trabalho (Gestão de Pessoas):

O diretor sugeriu que com após o resultado da pesquisa de clima organizacional sejam analisados os dados coletados e elaborado projeto que priorize as relações interpessoais no trabalho. Todos concordaram com o diretor.

e) Avaliação das condições de acessibilidade dos imóveis da SJAM (de mobilidade e de percepção do ambiente):

O diretor defendeu ser importante a iniciativa, porque afeta diretamente o jurisdicionado que possui a mobilidade comprometida ou deficiência dos sentidos como audição ou visão. Ressaltou que possui no Nutur/Turma Recursal o servidor Neyrimar, único deficiente visual da SJAM, e que este poderia atuar como importante interlocutor neste tema, trazendo relevantes subsídios para enriquecer o tratamento da matéria. Todos concordaram com o diretor.

f) Amigos da Justiça (ampliação do quadro de Auxiliares do Juízo):

O diretor esclareceu que o projeto foi sugerido por uma servidora. Referido projeto consiste na criação de um selo/certificado "Amigo da Justiça", destinado aos profissionais Auxiliares do Juízo que atuariam na Seccional voluntariamente. Todos concordaram que a ideia deveria ser mais bem estudada e desenvolvida posteriormente, pois depende do engajamento pessoal da Diretoria do Foro.

g) Central de Digitalização:

O diretor do Nutur defendeu que o Cipe possui atribuição e responsabilidade de encontrar alternativas de planos e iniciativas que corroborem para a execução da estratégia na Seccional do Amazonas. Citou que, nesta visão, a própria Secge/TRF1 tem reiterado que a digitalização de processos é medida importante para o cumprimento dos objetivos estratégicos, consoante notícia veiculada no Portal do TRF em 05/11/2019. O diretor relatou que atualmente as Varas Federais que mais estão com dificuldades para o cumprimento das metas são as Varas Cíveis (1ª e 3ª) e a Vara Ambiental e Agrária (7ª), devido, principalmente, às questões estruturais. Destacou que a distribuição de processos para as Varas Cíveis do Amazonas têm sido muito além de sua capacidade de resposta, o que impossibilita o cumprimento integral das metas. Já a 7ª Vara tem uma competência muito abrangente (Cível, Criminal, JEF, Execuções Fiscais). Ressaltou, ainda, que as Varas lidam diariamente com 3 plataformas (Oracle, PJe, e-Jur), o que dificulta ainda mais o gerenciamento do acervo. O diretor sugeriu que, por meio do Cipe, se possa analisar a reativação/recriação da central de digitalização para auxiliar referidas Varas, as quais, considerando a situação atual, não conseguirão digitalizar o acervo físico e, por isso, permanecerão com as mesmas dificuldades. Argumentou que a migração do processos para o PJe diminuiria muito o gasto de recursos materiais (papel, toner, combustível), alinhando-se com os objetivos do PLS, e liberaria pessoal hoje empregado em outras atividades (entrega de mandados, de processos, de petições etc.), os quais poderiam ser redirecionados para outras tarefas. Salientou que o não cumprimento das metas por alguma unidade impacta diretamente no percentual de execução da Seccional e, portanto, não pode ser visto como um problema isolado de determinada unidade jurisdicional. Afirmou, ainda, que o foco principal da ação, mais do que a obtenção de selos, deve ser o cidadão, que é destinatário da prestação jurisdicional. E que a concentração dos esforços das varas em uma única plataforma (PJe) traria ganho de produtividade e racionalização dos trabalhos cartorários. Sugeriu, por fim, que se fizesse uma análise prévia dos recursos materiais e humanos necessários e disponíveis para a materialização da iniciativa, a ser feita por meio de projeto estratégico.

O diretor do Nucju, baseado na pesquisa que fez junto à quase totalidade das seccionais da 1ª Região, afirmou não ser possível o Serviço de Digitalização (Serdi/Nucju) ficar com o encargo de digitalizar os processos das Varas e ainda que se crie uma central de digitalização, destacou a necessidade de que os servidores da Vara, que movimentam os processos, supervisionem esta digitalização.

O diretor da 4ª Vara argumentou que não obstante concorde com a criação da central de digitalização, defendeu alternativamente que as unidades de varas recebam equipamentos apropriados, ou seja, *scanners* de alta capacidade, a exemplo dos que já existem no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para esse tipo de serviço pela própria vara, notadamente em razão da peculiaridade decorrente dos processos de operações policiais.

Sobre o assunto, o diretor da 2ª Vara (Criminal) concordou ser necessária a supervisão da digitalização por servidores da Vara, principalmente a Criminal, dada a peculiaridade de documentos sigilosos e segredo de justiça, no entanto, coaduna com a ideia da criação de uma central de digitalização, tendo em vista que a secretaria da Vara não tem espaço suficiente para a realização de tais tarefas, pois o serviço requer o manuseio dos processos físicos à medida que vai passando pelas etapas da digitalização. Esclareceu que nessas duas primeiras semanas de novembro a 2ª Vara Criminal está realizando a digitalização dos processos físicos para inclusão no PJe e que está sendo constatada a grande dificuldade na execução das atividades, seja devido à qualidade dos *scanners* disponibilizados (o da marca EPSON é muito lento), seja nas diversas etapas do processo de digitalização (higienização, digitalização, fragmentação dos pdf's para até 10mb por arquivo, além de fragmentar também os CD's de audiência para até 10mb – capacidade máxima do sistema PJe). Se essa otimização for concentrada num setor próprio para digitalização, com a supervisão dos servidores da Vara respectiva, o trabalho, certamente, ficará mais dinâmico.

O diretor da Secad, presidente do Cipe, informou que se encontra em curso uma compra de *scanners*, centralizada pelo Tribunal, a fim de atender, pelo menos parcialmente, as necessidades das Varas. Solicitou que outra reunião sobre o assunto seja marcada posteriormente, tendo em vista o término do exercício e as mudanças que ainda estão ocorrendo, como, por exemplo, a disponibilização iminente do *e-migrador*.

Os presentes concordaram que o assunto seja pauta de reunião específica.

Em seguida, a supervisora da Semad tratou sobre as ações que podem auxiliar a execução da estratégia, reivindicadas pelos servidores por ocasião das visitas às unidades, destinadas a divulgar o Planejamento Estratégico, feitas por ela e o diretor do Nutur:

a) Permissão de acesso aos sítios jurídicos:

Sobre o assunto, o supervisor da Seinf disse ser necessária a solicitação, com a justificativa do servidor, por meio do sistema *e-sosti*. Após a análise do pedido, sendo o sítio ao interesse da instituição e não tendo qualquer vulnerabilidade de segurança, o Tribunal liberará o acesso.

b) Mudança na gravação do atendimento da Central Telefônica:

A supervisora da Semad perguntou sobre a possibilidade de alterar a gravação da central telefônica no sentido de que a gravação seja otimizada para fornecer ao usuário externo um melhor atendimento. O supervisor da Seinf informou ser possível realizar a demanda, fazendo-se necessário também o cadastro de *e-sosti*. A ação deverá ser tratada pelo Cipe e unidades interessadas até a próxima RAE.

c) Orientações sobre consulta processual no sítio da SJAM (pop-ups):

O supervisor da Seinf informou que devido à padronização da página eletrônica, recursos como pop-ups não podem ser utilizados no sítio da Seccional.

d) Destinação de um terceirizado para realizar triagem no *hall* de entrada do edifício Rio Negro (Posso ajudar?):

Sobre o pleito, o diretor da Secad disse ser inviável, tendo em vista que, no momento, não há como disponibilizar terceirizado para realizar tal atividade. Informou que esse encargo cabe às recepcionistas, que devem ser novamente orientadas e treinadas para realizar a atividade.

e) Retorno da cobrança da taxa de desarquivamento:

Os diretores presentes informaram que por ser competência do CJF, o Cipe-AM não teria ação a fazer sobre o assunto no momento.

f) Nova divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão (OAB, etc):

A supervisora da Semad informou que durante as visitas às unidades foi constatado que muitos servidores não conhecem a Carta de Serviço ao Cidadão que se encontra disponibilizada na página eletrônica da Seccional. O Cipe deliberou pela ampla divulgação da Carta de Serviços para os públicos interno e externo da Seção Judiciária, inclusive com envio de Ofício para a OAB solicitando divulgação junto aos advogados.

g) Divulgação e treinamento do uso do Correio Eletrônico:

A supervisora da Semad informou se tratar do serviço implantado pelos Correios. Como a supervisora da Secam não estava na reunião, executora do contrato respectivo, restou à supervisora da Semad verificar o assunto com a unidade responsável.

h) Permissão de acesso VPN (Quem pode?):

O supervisor da Seinf informou que, conforme regulamentação, podem utilizar VPN: magistrados, assessor de magistrado, chefe de gabinete de magistrado, oficial de justiça, ocupante de cargo em comissão (CJ), diretor de núcleo (FC6), servidor designado formalmente para atuar em plantão judicial ou administrativo, servidor de unidade de Tecnologia da Informação, servidor em regime de teletrabalho, servidor lotado em unidade desprovida de *link* de comunicação dedicado com a sede, fazendo uso de *internet* comum para acesso aos sistemas.

5) Iniciativas com potencial de compartilhamento entre seccionais (indicar as mais impactantes, viáveis e menos complexas, inclusive com relação ao PLS)

A supervisora da Semad sugeriu as indicações das seguintes iniciativas:

- a) Plano de Comunicação da Estratégia na Seção Judiciária do Amazonas;
- b) Curso Gestão de Riscos no Setor Público;
- c) III Encontro de Diretores da Seção Judiciária do Amazonas;
- d) Criação de barras de favoritos com links funcionais;
- e) Curso: *Compliance* na Justiça Federal do Amazonas.

Todos concordaram com a sugestão da supervisora.

6) Monitoramento e cumprimento das metas nacionais e específicas da JF

A supervisora da Semad apresentou o relatório Percentual de Cumprimento de Metas 2019 Por Vara (Acumulado com JEF Adjunto), extraído nesta data, referente ao período de janeiro a outubro de 2019, para análise do Cipe-AM:

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DE METAS – 2019 – POR VARA (ACUMULADO COM JEF ADJUNTO) – JAN A OUT/2019 (*)

UF	Seção / Subseção	Vara	Metas		Meta 01			Meta 02			Meta 03	Meta 04	Meta 05	Meta 06	Meta 07	Meta 08	Meta 09(*)	Selo	
			Processos Foco		Conhecimento		mais Antigos			Conciliação	Imp. Admin. e Crim. Contra Admin.	Execução	Ações Coletivas	Criminais Baixados	Tráf. Pessoas, Expl. Sexual e Trab. Escravo	Conhecimento e Execução Baixados			
			Distribuídos		No Ano Corrente		Vara		JEF	TR	No Ano Corrente	Até 2016	No Ano Corrente	Até 2015	No Ano Corrente	Até 2016	No Ano Corrente		
			Objetivo		Julgar mais que o Distribuído	Taxa de Congestionamento	Julgar todo o Passivo	Julgar pelo menos 85%	Julgar todo o Passivo	Julgar todo o Passivo	Conciliar 5% dos Distribuídos	Julgar pelo menos 60%	Baixar mais que o Distribuído	Julgar todo o Passivo	Baixar mais que o Distribuído	Julgar pelo menos 70%	Baixar mais que o Distribuído		
AM	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS	1ª - MANAUS	68,04%	74,55%	89,68%	103,37%				57,47%	101,01%	98,56%	114,29%			51,22555088			
		2ª - MANAUS	68,28%	75,09%	98,10%	115,92%	92,31%				151,32%	83,33%		99,02%		98,90%	98,93842887		
		3ª - MANAUS	68,82%	70,6%	87,83%	108,15%					33,37%	78,18%	64,76%	102,48%			61,56335574		
		4ª - MANAUS	99,07%	66,59%	95,46%	113,64%	100,00%				135,05%	77,78%	142,86%	107,06%		98,21%	109,2421442	PRATA	
		5ª - MANAUS	95,45%	71,65%	74,86%	97,03%					151,06%	86,29%	142,86%				78,57142857	BRONZE	
		6ª - MANAUS	97,16%	65,17%	89,24%	102,16%	88,89%				67,53%	123,46%	89,67%	119,42%	87,11%		0,00%	76,04078165	
		7ª Vara JEF - MANAUS	91,05%	34,82%			100,00%				264,78%		109,49%					96,31569442	PRATA
		8ª Vara JEF - MANAUS	88,07%	41,8%			99,72%				235,37%		118,63%					83,43889874	BRONZE
		1ª TR - RELATOR 1 - MANAUS	110,22%	5,8%						96,9230769				100,00%				153,3093201	OURO
		1ª TR - RELATOR 2 - MANAUS	103,73%	17,56%						97,9591837								157,2187777	OURO
		1ª TR - RELATOR 3 - MANAUS	100,82%	11,04%						97,4576271					200,00%			160,2535084	OURO
		SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TABATINGA	99,74%	38%	99,80%	116,33%	99,83%				155,27%	163,66%	125,39%	142,86%	79,94%			113,5746606	BRONZE
		SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEFÉ	75,17%	50,04%	97,04%	106,47%	99,79%				124,92%	112,18%	97,39%	142,86%	76,32%			40,27950311	

(*) Extraído em 06/11/2019.

A supervisora da Semad destacou as oito unidades jurisdicionais que estariam, conforme o relatório, aptas a receberem o *Selo Estratégia em Ação*:

Selo Ouro: 1ª, 2ª e 3ª Relatorias da Turma Recursal AM/RR;

Selo Prata: 4ª e 6ª Varas;

Selo Bronze: 5ª, 8ª e Vara Única da Subseção de Tabatinga.

Os diretores da 4ª, da 7ª e da Vara Única da Subseção Judiciária de Tabatinga trataram sobre as dificuldades que têm enfrentado no monitoramento do cumprimento das Metas Nacionais e Específicas deste exercício devido, principalmente, às inconsistências apresentadas pelo sistema *e-Siest*.

O diretor da 4ª Vara informou que foram identificadas inconsistências nas Metas 1 e 2 logo que o sistema foi liberado após a homologação. Apesar desses problemas terem sido resolvidos, outros estão surgindo, exigindo um acompanhamento diário a fim de identificar novas inconsistências para então abrir chamado para correção. Por exemplo, a 4ª Vara está sendo cobrada indevidamente pela Meta 5 — Impulsionar processos fiscais e não fiscais à execução —, haja vista tratar-se de uma vara com competência criminal. Foi feito o eSosti SS363545, que está com o status "EM FILA".

O diretor da 7ª Vara, em substituição, destacou os equívocos identificados no *e-Siest* no que concerne às metas 2, 3 e 5:

- Quanto à META 2 – JEF ATÉ 2016: Aumentar os casos solucionados por conciliação: o questionamento se dá quando a estatística não computa os autos sob o nº 553-26.2016.4.01.3200 em tramitação no JEF-oracle (evento realizado no dia 30/10/2019) como saída por não enquadramento, lado outro, aponta como pendente de cumprimento;
- Quanto à META 3 – o questionamento se dá quando a estatística não computa os autos sob o nº 304-07.2018.4.01.3200 em tramitação no JEF-oracle (evento realizado no dia 60/03/2019) e nº 1003943-79.2019.4.01.3200 em tramitação no JEF-PJe como conciliação na fase processual apesar de devidamente conciliados com as movimentações correlatas;
- Quanto à META 5 – impulsionar processos fiscais e não fiscais à execução: o questionamento se dá quando a estatística não computa a média do percentual de cumprimento existente entre as duas submetas: 89,25% de percentual de cumprimento das metas não fiscais e 138,06% do percentual de cumprimento de execuções fiscais, já que apenas computa no quadro geral de metas o percentual de 89,26% cumpridos.

O diretor da Vara Única de Tabatinga registrou que não ignora as relevantes atribuições desempenhadas pela Diest e as dificuldades enfrentadas para atender ao imenso Tribunal que é o TRF1, entretanto, salientou em relação à Meta 02, "Distribuídos até 2014", que o único processo que ali aparece, encontra-se arquivado. Além disso, a tardia modificação em parte das regras do Glossário 2019, incluindo classes processuais que no primeiro semestre do ano não impactavam nos relatórios e, da mesma forma, a demora para homologar as Metas traçadas para o ano de 2019, apenas no segundo semestre do ano, comprometeram sobremaneira a consecução dos trabalhos da Vara de Tabatinga no ano corrente. Ressaltou que está aguardando futuras atualizações antes de abrir novos chamados.

A supervisora da Semad ressaltou que foram enviados dois processos administrativos para o Tribunal, com a consolidação dos pedidos das Varas da Suplenal, solicitando providências, sendo uma pela diretoria do Foro e outro pela Secad, quais sejam, PAe SEI 0002454-71.2019.4.01.8002 e PAe SEI 0003203-88.2019.4.01.8002. Pediu que os diretores encaminhem por meio de *e-Sosti* as solicitações de correções e informem por *e-mail* para a Diest com cópia para a Semad, a fim de que esta faça nova consolidação das demandas no SEI para encaminhá-las ao Tribunal.

O diretor da 3ª Vara (Cível) ponderou acerca da impossibilidade de interrupção dos trabalhos para que a Vara concentre-se apenas nos processos identificados no relatório de metas extraído do sistema *e-siest*. No que tange às dificuldades que a unidade tem enfrentado, destacou a redução do quadro de pessoal em razão da aposentadoria de dois servidores, circunstância que afeta a equilibrada distribuição de tarefas. Outro ponto a ser observado, é a crescente demanda processual aliada aos inúmeros pedidos de tutela de urgência que demandam apreciação imediata por parte da assessoria. Um dos fatores que também impactam para o não atingimento das metas é o elevado número de processos físicos, principalmente as volumosas ações de improbidade administrativa. Sobre a digitalização do acervo físico da Vara, considera que a estruturação da central de digitalização se apresenta como medida estratégica para a solução do problema.

7) Destaques da execução da Estratégia (boas práticas adotadas para o impulso no cumprimento das Metas contornando as dificuldades):

a) Com relação às Metas:

- 6ª Vara: elaboração mensal pelos supervisores com a participação ativa de toda equipe, a partir de outubro 2019, de Plano de Trabalho, utilizando os padrões do formulário do teletrabalho, a fim de planejar a estratégia mensal e identificar os fatores que repercutem no resultado final. Dessa forma, pode-se traçar o planejamento anual de 2020. Outra medida adotada foi a disponibilização de mais um servidor nos gabinetes - 03 assessores por magistrado, a fim de dar maior efetividade a Meta 1- Julgar mais que os distribuídos.
- 7ª Vara: prioridade exclusiva a todos os autos insertos nas Metas do CNJ por 90 (noventa dias), ressalvadas as medidas urgentes; acompanhamento por meio de planilha de controle das 08 (oito) metas do CNJ, com destacamento de servidores específicos para controle individual semanalmente do cumprimento das referidas metas; tramitação de celeridade de todos autos de Meta 2, para fins de possibilitar o julgamento célere até meados de dezembro de 2019, com solicitação de apoio a todos os entes envolvidos, garantindo celeridade nas cargas dos autos por meio de solicitações via telefone e e-mail, que possibilitaram uma tramitação mais eficiente.
- Subseção Judiciária de Tabatinga: reorganização da tramitação processual na Secretaria da Vara de acordo com os temas sensíveis, conforme já feito em 2018, a exemplo das improbidades administrativas; o comprometimento dos servidores, que contribuiu sobremaneira para a consecução das metas traçadas; propiciar equilíbrio, bem estar e tranquilidade à equipe no ambiente de trabalho.

b) Com relação às Iniciativas Estratégicas: o maior monitoramento na execução dos projetos e iniciativas.

c) Com relação ao Plano de Logística Sustentável (PLS): o aprimoramento no monitoramento da captação das águas pluviais no Edifício Rio Negro.

8) Dificuldades para a execução da Estratégia (barreiras enfrentadas):

a) Com relação às Metas: as inconsistências nos relatórios do *e-Siest*, a instabilidade dos sistemas judiciais, inclusive PJe, o quadro de pessoal reduzido e as restrições orçamentárias.

A diretora de secretaria da 6ª Vara pontuou, ainda, a falta de treinamento do PJe antes de sua implantação e a *internet* precária.

O diretor de secretaria da Vara Única da Subseção Judiciária de Tabatinga, ressaltou que os desafios enfrentados com as instabilidades do Sistema PJe não são poucos, impactando sensivelmente nos planos traçados à consecução dos objetivos da vara e, em relação ao *e-Siest*, embora se reconheça as relevantes atribuições desempenhadas pela DIEST, bem como as dificuldades enfrentadas para bem atender a este Tribunal, caracterizado por ser constituído de amplas dimensões, quis registrar: 1) a demorada homologação dos relatórios dos processos catalogados como Metas para 2019 (*e-Siest*) suscitaram embaraços, senão comprometimento ao cumprimento das Metas traçadas para o ano corrente; 2) a tardia mudança em parte das regras do glossário 2019, outrossim, verificadas no segundo semestre deste ano, produziu considerável impacto naquilo que já se havia alcançado no primeiro semestre, bem como nas estratégias traçadas para o ano em curso. Salientou, por derradeiro, que os prejuízos apontados alcançam, por óbvio, não apenas esta Subseção Judiciária de Tabatinga, mas, a integralidade das Seções e Subseções Judiciais do Tribunal Regional Federal desta 1ª Região.

b) Com relação às Iniciativas Estratégicas: quadro de pessoal reduzido e restrições orçamentárias.

c) Com relação ao Plano de Logística Sustentável (PLS): restrições orçamentárias e quadro de pessoal reduzido que dificulta a realização das ações, assim como o envio dos dados e informações dos Grupos Executivos para a Seção de Apoio à Gestão Socioambiental (Seamb-AM) em tempo hábil.

Sem mais assuntos para tratar, a reunião foi encerrada. Todos concordaram com os termos desta Ata.

PRÓXIMAS PROVIDÊNCIAS

ITEM	PROVIDÊNCIAS/ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	DATA LIMITE
01	Encaminhar as demandas tratadas no item 4, principalmente no que concerne às ações reivindicadas pelos servidores, para as diretorias e unidades competentes, conforme o caso.	Semad-AM	29/11/2019
02	Realização da 1ª Reunião de Análise da Estratégia 2020.	Cipe-AM	10/03/2020

AUTENTICAÇÃO (Documento assinado digitalmente)



Documento assinado eletronicamente por **Edson Souza e Silva, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 12/11/2019, às 14:25 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel Mascena de Medeiros, Diretor do Foro**, em 12/11/2019, às 14:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Bastos Seráfico de Assis Carvalho, Diretor(a) do Núcleo de Apoio à Turma Recursal**, em 12/11/2019, às 14:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Talice Ferreira Neves, Diretor(a) do Núcleo de Apoio à Coordenação**, em 12/11/2019, às 14:52 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Rodrigues de Oliveira, Diretor(a) de Núcleo**, em 12/11/2019, às 14:52 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **George Emilio Cunha de Araujo, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 12/11/2019, às 14:54 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Bentes de Freitas, Supervisor(a) de Seção**, em 12/11/2019, às 14:59 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Silva dos Santos, Diretor(a) de Secretaria de Vara em exercício**, em 12/11/2019, às 15:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Diego do Nascimento Lima, Diretor(a) de Secretaria de Vara em exercício**, em 12/11/2019, às 15:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Neuzai Marreiros Barbosa, Supervisor(a) de Seção**, em 12/11/2019, às 15:12 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eliziane Balbi Alves Silva, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 12/11/2019, às 15:18 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Renan de Barros Alves, Diretor(a) de Núcleo**, em 12/11/2019, às 15:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Antonia Dantas Martins, Supervisor(a) de Seção**, em 12/11/2019, às 15:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Augusto Pinheiro de Almeida, Diretor(a) de Secretaria de Vara em exercício**, em 12/11/2019, às 15:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Antonio Ferreira, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 12/11/2019, às 15:37 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elton Studart Bicharra dos Santos, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 12/11/2019, às 15:39 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Rodrigues Ferreira, Supervisor(a) de Seção**, em 12/11/2019, às 15:49 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana dos Santos Barroso, Diretor(a) de Núcleo**, em 12/11/2019, às 15:53 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Silveira Rocha da Silva, Supervisor(a) de Seção**, em 12/11/2019, às 15:59 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Cavalcante de Souza, Diretor(a) de Núcleo**, em 12/11/2019, às 16:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aldecinora Siqueira da Silva, Supervisor(a) de Seção**, em 12/11/2019, às 17:03 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **9208191** e o código CRC **3F5814EB**.